



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sobre as próximas eleições em Portugal

Posição da FENPROF

Realizam-se em 10 de março eleições legislativas em Portugal. Também na Região Autónoma dos Açores se realizam eleições regionais em 4 de fevereiro, sendo expectável que na Região Autónoma da Madeira também se realizem eleições regionais no futuro próximo.

Serão momentos de elevada importância para o futuro do nosso país e daquelas regiões autónomas em particular, pois será com base na correlação de forças que existir nos futuros parlamentos que se constituirão os governos da República e regionais e se definirão as políticas a desenvolver na próxima Legislatura.

Relativamente ao que possa resultar destes atos eleitorais, a FENPROF considera ser:

- **Desejável** que deles não resultem maiorias absolutas, sejam elas quais forem, recordando que o diálogo e a negociação, bem como a resolução de problemas se tornam ainda mais difíceis em contextos de maioria absoluta;

- **Muito negativo** que se verificasse o crescimento de forças de extrema-direita, que se apresentam com discurso populista, porque levaria ao desenvolvimento de políticas e à aprovação de medidas que, rapidamente, poriam em causa direitos fundamentais da democracia, como sejam a existência de serviços públicos de qualidade, de direitos laborais, do direito de manifestação, de liberdade para o exercício dos direitos sindicais, entre outros que são parte da matriz dos estados democráticos. O que acontece na Argentina, após a vitória de Javier Milei, é o exemplo mais recente do que não se pretende para Portugal;

- **Importante** que os professores conheçam os programas eleitorais e oiçam o que é dito pelos representantes dos partidos políticos em relação ao futuro (a FENPROF promove dois debates pré-eleitorais, em 2 e 9 de fevereiro, respetivamente sobre Educação em geral e Ensino Superior e Ciência), não menos importante será não esquecer o passado e as lutas que têm sido obrigados a desenvolver;

- **Fundamental** que se registem, para memória futura e exigência de cumprimento, as promessas eleitorais de sinal positivo apresentadas pelos partidos políticos, como seja a recuperação do tempo de serviço, mas sem desvalorizar outras que poriam em causa o futuro da Escola Pública, bem como o emprego e as condições de trabalho dos docentes e demais trabalhadores da educação, de que são exemplo o recurso aos contratos de associação para além do estritamente necessário, o cheque-ensino ou a privatização total ou parcial da gestão e serviços das escolas;

Na próxima Legislatura a FENPROF continuará a ter como prioridades:

- O **investimento na Educação**, devendo o financiamento público atingir os 6% do PIB e ser orientado para o reforço das respostas públicas na Educação, no Ensino e na Ciência;

- A **valorização da profissão docente** (carreira, estabilidade, condições de trabalho e rejuvenescimento), tornando-a atrativa e, assim, recuperando os milhares de professores e

educadores que a abandonaram, mas também ganhando os jovens para que optem pelos cursos superiores de formação de docentes;

- A aprovação de medidas que contribuam para a **democratização da Escola Pública**, como sejam a reversão do processo de municipalização, a democratização da gestão das escolas e instituições de ensino superior, o fim dos mega-agrupamentos ou o reforço de recursos, garantindo uma educação verdadeiramente inclusiva;

- A **valorização da contratação coletiva**, o que impõe a revogação das normas gravosas do Código de Trabalho, como o atual regime de caducidade, permitindo aos docentes do ensino particular e cooperativo terem um contrato coletivo de trabalho digno da profissão que exercem e, no setor social, o desbloqueamento da progressão nas carreiras das educadoras em creche.

Lisboa, 3 de fevereiro de 2024

O Conselho Nacional da FENPROF